REVISTA CIENTÍFICA BRASILEIRA
ACESSO ABERTO
PANEDU: Panoramas da Educação
saberes e práticas interdisciplinares
Educação Direito Administração Saúde Sociedade Ambiente

A IMPORTÂNCIA DA RELAÇÃO FAMÍLIA E ESCOLA NO PROCESSO DE INCLUSÃO PARA ALUNOS COM TEA NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Luiz André Ferreira da Silva[1]
São Luís University – SLU

Nadilson Ribeiro de Siqueira[2]
Universidade do Estado da Bahia - UNEB

RESUMO

Este artigo analisa a importância da relação entre a família e a escola no processo de inclusão de crianças com Transtorno do Espectro Autista, TEA, na Educação Infantil. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica de abordagem qualitativa, fundamentada na análise da literatura científica e do arcabouço normativo brasileiro. A investigação pauta-se no levantamento realizado nas bases de dados SciELO, Google Acadêmico e BDTD, no período de 15 a 30 de janeiro de 2026, culminando na seleção e análise qualitativa de 12 trabalhos científicos e documentos normativos. A literatura examinada indica que a inclusão escolar da criança com autismo na primeira infância vem sendo implementada em meio a expressivos desafios teóricos, estruturais e práticos, destacando-se a parceria colaborativa entre a gestão escolar, os professores e o núcleo familiar como fator decisivo para o desenvolvimento cognitivo, social e emocional do educando. Os resultados apontam a relevância da intervenção precoce, da estruturação de rotinas previsíveis e da elaboração do Plano Educacional Individualizado, PEI, integrado à orientação parental. Conclui-se que a superação das barreiras atitudinais e pedagógicas exige a consolidação de pontes permanentes de diálogo entre a escola e a família, associada à formação continuada de educadores na Educação Infantil.

Palavras-chave: Família; Escola; Transtorno do Espectro Autista; Educação Infantil.

[1] Doutor em Educação, São Luís University, SLU, ORCID: https://orcid.org/0009-0000-9997-3862, Jaboatão do Guararapes, Pernambuco, Brasil. E-mail: luizjpandre@hotmail.com.

[2] Doutor em Educação e Contemporaneidade, UNEB, Mestre em Gestão e Tecnologias Aplicadas à Educação, UNEB. Pesquisador e integrante do Grupo Interdisciplinar de Pesquisa em Representações Sociais, Educação e Sustentabilidade, GIPRES, Salvador, Bahia, Brasil. ORCID: https://orcid.org/0000-0003-2257-194X. E-mail: nadilsonprofessor@mail.com

THE IMPORTANCE OF THE FAMILY–SCHOOL RELATIONSHIP IN THE INCLUSION PROCESS OF STUDENTS WITH ASD IN EARLY CHILDHOOD EDUCATION

ABSTRACT

This article analyzes the importance of the relationship between family and school in the inclusion process of children with Autism Spectrum Disorder (ASD) in Early Childhood Education. It is a qualitative bibliographical study, grounded in the analysis of scientific literature and the Brazilian normative framework. The investigation is based on a survey conducted across the SciELO, Google Scholar, and BDTD databases between January 15 and 30, 2026, culminating in the selection and qualitative analysis of 12 scientific papers and normative documents. The reviewed literature indicates that the school inclusion of children with autism in early childhood has been implemented amid significant theoretical, structural, and practical challenges, highlighting the collaborative partnership between school management, teachers, and the family unit as a decisive factor for the student's cognitive, social, and emotional development. The results point to the relevance of early intervention, the structuring of predictable routines, and the elaboration of the Individualized Educational Plan (IEP) integrated with parental guidance. It is concluded that overcoming attitudinal and pedagogical barriers requires establishing permanent bridges of dialogue between school and family, combined with continuing teacher education in Early Childhood Education.

Keywords: Family; School; Autism Spectrum Disorder; Early Childhood Education.

LA IMPORTANCIA DE LA RELACIÓN FAMILIA-ESCUELA EN EL PROCESO DE INCLUSIÓN DE ALUMNOS CON TEA EN LA EDUCACIÓN INFANTIL

RESUMEN

Este artículo analiza la importancia de la relación entre la familia y la escuela en el proceso de inclusión de niños con Trastorno del Espectro Autista (TEA) en la Educación Infantil. Se trata de una investigación bibliográfica de enfoque cualitativo, fundamentada en el análisis de la literatura científica y del marco normativo brasileño. La investigación se basa en el relevamiento realizado en las bases de datos SciELO, Google Académico y BDTD, entre el 15 y el 30 de enero de 2026, culminando en la selección y análisis cualitativo de 12 trabajos científicos y documentos normativos. La literatura examinada indica que la inclusión escolar del niño con autismo en la primera infancia se viene implementando en medio de significativos desafíos teóricos, estructurales y prácticos, destacando la alianza colaborativa entre la gestión escolar, los docentes y el núcleo familiar como factor decisivo para el desarrollo cognitivo, social y emocional del estudiante. Los resultados señalan la relevancia de la intervención temprana, la estructuración de rutinas predecibles y la elaboración del Plan

Educativo Individualizado (PEI) integrado a la orientación parental. Se concluye que la superación de las barreras actitudinales y pedagógicas exige la consolidación de puentes permanentes de diálogo entre la escuela y la familia, asociada a la formación continua de educadores en la Educación Infantil.

Palabras clave: Familia; Escuela; Trastorno del Espectro Autista; Educación Infantil.

1. INTRODUÇÃO

A relação entre a família e a instituição escolar desempenha um papel absolutamente estruturante no processo de inclusão de alunos diagnosticados com o Transtorno do Espectro Autista, TEA, no âmbito da Educação Infantil. A Educação Infantil, compreendida no ordenamento educacional brasileiro como a primeira etapa da Educação Básica, abrange as creches e pré-escolas voltadas ao atendimento integral de crianças na faixa etária de 0 a 5 anos de idade. A finalidade precípua dessa etapa inicial reside em promover o desenvolvimento harmonioso e pleno do educando em suas múltiplas e indissociáveis dimensões: física, psicológica, intelectual e social. Trata-se de um direito humano e social fundamental assegurado de forma inequívoca pela legislação nacional, com relevo especial para o texto da Constituição Federal de 1988 e para a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB nº 9.394/1996. Dessa forma, os primeiros anos da trajetória escolar constituem o alicerce insubstituível para a consolidação da sociabilidade, para o amadurecimento afeto-emocional, para a apropriação das linguagens e para o estímulo ao raciocínio cognitivo, cultivando no sujeito o gosto contínuo e permanente pelo aprendizado ao longo de toda a vida.

Nesse cenário de formação primária, a inserção inclusiva da criança com autismo nas turmas regulares do ensino comum configura-se como uma medida indispensável para favorecer suas experiências de aprendizagem e potencializar suas interações sociais, cognitivas e afetivas com seus pares genéricos. Para que esse desiderato se concretize de maneira efetiva, contudo, a construção de uma parceria sólida, transparente e cooperativa entre a escola e o núcleo familiar mostra-se imperativa. A família detém um conhecimento singular, histórico e aprofundado a respeito da criança, reconhecendo suas preferências específicas, suas rotinas e hábitos no lar, suas sensibilidades sensoriais, seus ritmos próprios de processamento e suas formas particulares de comunicação verbal e não verbal. Ao compartilhar esse acervo de saberes com a equipe pedagógica e os docentes, a instituição passa a dispor de elementos concretos para planejar adequações curriculares, personalizar recursos de ensino e organizar um ambiente escolar verdadeiramente acolhedor. Reciprocamente, quando os pais e responsáveis compreendem as metas pedagógicas e as estratégias de suporte adotadas no espaço escolar, passam a ter condições de dar continuidade a esses estímulos no cotidiano doméstico, constituindo uma rede de apoio integrada e coerente que alavanca o desenvolvimento pleno do educando.

A motivação para o desenvolvimento do presente estudo emergiu do próprio campo de atuação profissional do pesquisador, no qual foi possível acompanhar e registrar de forma direta o itinerário pedagógico e relacional de uma criança com TEA inserida na Educação Infantil. Por meio dessa observação vivenciada no cotidiano escolar, constataram-se os notáveis avanços alcançados pelo estudante nas habilidades de comunicação e sociabilidade quando submetido a intervenções pedagógicas adaptadas. Simultaneamente, observou-se com grande preocupação que a fragilidade e a descontinuidade no acompanhamento familiar

comprometiam a consolidação desses ganhos e limitavam o desabrochar pleno das potencialidades da criança. Essa experiência empírica suscitou inquietações acadêmicas e éticas que motivaram a realização de um aprofundamento teórico rigoroso, visando investigar como a articulação entre os dois contextos pode ser otimizada para superar as barreiras ao aprendizado e à participação.

Diante desse panorama contextual e das demandas urgentes que emergem do cotidiano das instituições de ensino, formulou-se o seguinte problema central de pesquisa: Qual a importância da relação entre a família e a escola no processo de inclusão de alunos com TEA na Educação Infantil? Para responder de modo fundamentado a essa indagação, definiu-se como objetivo geral deste estudo: analisar a importância da relação família e escola no processo de inclusão para alunos com TEA na Educação Infantil. De forma a delimitar os caminhos analíticos necessários à persecução do objetivo central, estabeleceram-se os seguintes objetivos específicos: verificar como o processo de inclusão para alunos com TEA vem sendo implementado no contexto das creches e pré-escolas brasileiras; identificar os principais desafios e barreiras enfrentados pelas famílias e pelas instituições de ensino no processo de inclusão de crianças com autismo nessa etapa da Educação Básica.

A relevância teórica e social desta investigação fundamenta-se na sua contribuição epistemológica para o campo da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Os achados e reflexões desenvolvidos oferecem subsídios conceituais para que gestores escolares, educadores, profissionais da saúde e famílias possam reavaliar criticamente suas práticas e consolidar metodologias inclusivas pautadas em evidências. Ademais, o estudo justifica-se por sua interlocução direta com o debate acerca dos direitos e deveres compartilhados entre a família, a escola e o Estado, na garantia da dignidade humana e do pleno desenvolvimento das crianças com deficiência, conforme apregoam os marcos legais contemporâneos.

Para conferir clareza e organicidade à exposição, este artigo encontra-se estruturado em seções encadeadas. Depois desta introdução, a seção 2 descreve pormenorizadamente os procedimentos metodológicos adotados no levantamento e na análise do corpus bibliográfico. A seção 3 aborda os fundamentos da Educação Infantil e os marcos normativos da inclusão escolar no Brasil, diferenciando as concepções de inclusão e integração. A seção 4 analisa o Transtorno do Espectro Autista, os níveis de suporte, o papel da dinâmica familiar e o alinhamento pedagógico necessário entre a escola e os pais. Por fim, a seção 5 reúne as considerações finais do estudo, sintetizando as respostas aos objetivos formulados, indicando as limitações do recorte e apontando perspectivas para futuras pesquisas acadêmicas.

2. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O presente estudo caracteriza-se metodologicamente como uma pesquisa bibliográfica de abordagem qualitativa. A abordagem qualitativa revela-se especialmente

DOI: 10.5281/zenodo.23808233

adequada para a investigação de fenômenos educacionais e sociais complexos, uma vez que possibilita apreender o objeto de análise em sua dimensão contextualizada, levando em consideração as determinações históricas, culturais, legislativas e teóricas que o constituem (Minayo, 1994). Por sua vez, a pesquisa bibliográfica viabiliza o acesso a um amplo e diversificado acervo de conhecimentos acumulados em livros, capítulos de obras de referência, artigos publicados em periódicos científicos indexados e legislações vigentes, permitindo o mapeamento sistemático e a síntese crítica do estado da arte sobre o tema investigado (Gil, 1999).

O levantamento das publicações científicas e dos documentos normativos foi realizado nas bases de dados e repositórios Scientific Electronic Library Online, SciELO, Google Acadêmico e Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações, BDTD, no período de 15 a 30 de janeiro de 2026. Para a localização do material, utilizaram-se os descritores em língua portuguesa e suas combinações booleanas: ("Transtorno do Espectro Autista" OR "TEA") AND "Educação Infantil" AND ("Família" OR "Relação Família-Escola") AND "Inclusão Escolar". Adotou-se o recorte temporal de 2012 a 2023, visando abarcar a produção científica posterior à promulgação da Lei nº 12.764/2012. Foram aplicados como critérios de inclusão: artigos científicos completos disponíveis em acesso aberto; trabalhos que abordassem diretamente a inclusão de alunos com TEA na faixa etária de 0 a 5 anos; pesquisas que discutissem expressamente a relação família-escola. Como critérios de exclusão, descartaram-se: textos em duplicidade; estudos focados exclusivamente no Ensino Fundamental ou Médio; resumos de eventos e editoriais. A busca inicial recuperou o total de 142 trabalhos, dos quais 12 trabalhos científicos atenderam integralmente aos critérios e passaram a compor o corpus analítico da pesquisa. Tendo em vista que o estudo não adotou o protocolo rígido de registro e triagem característico das revisões sistemáticas, a presente investigação enquadra-se epistemologicamente como uma revisão narrativa da literatura.

A análise do corpus bibliográfico seguiu o procedimento analítico pautado na leitura exploratória, seleção, categorização temática e interpretação fundamentada à luz do referencial teórico adotado. As informações coletadas foram organizadas e sintetizadas em eixos de discussão estruturados em torno dos dois objetivos específicos estabelecidos: o modo como a inclusão do aluno com TEA vem sendo implementada na Educação Infantil e os principais desafios vivenciados pelas instituições e pelas famílias. A categorização conteudística permitiu confrontar as visões de diferentes autores, evidenciando convergências, lacunas e proposições práticas para o fortalecimento da parceria educacional.

Em relação aos aspectos éticos em pesquisa, cumpre registrar que este estudo foi desenvolvido exclusivamente a partir de fontes bibliográficas e documentos de acesso público e irrestrito. Não houve a realização de procedimentos experimentais, intervenções clínicas nem coleta de dados diretamente com seres humanos, preservando-se a privacidade e o anonimato de sujeitos. Nesses termos, conforme estabelece expressamente o parágrafo único do art. 1º da Resolução CNS nº 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde, a presente

pesquisa integra o rol de estudos que dispensam registro e avaliação pelo sistema CEP/CONEP. Esclarece-se, ainda, que a observação da trajetória do educando mencionada na introdução figurou estritamente como motivação empírica e reflexiva do pesquisador, não tendo suas informações pessoais ou registros institucionais utilizados como dados brutos de pesquisa.

3. EDUCAÇÃO INFANTIL E INCLUSÃO ESCOLAR

A Educação Infantil configura-se como a etapa inicial do sistema educacional brasileiro, sendo institucionalmente organizada em creches, voltadas ao atendimento de crianças de 0 a 3 anos, e pré-escolas, destinadas à faixa etária de 4 a 5 anos de idade. A finalidade essencial dessa fase primeira consiste em promover o desenvolvimento integral do educando em seus aspectos físico, afetivo, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade. Trata-se de um direito social e subjetivo garantido pela Constituição Federal de 1988 - art. 208, IV - e reafirmado pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB, Lei nº 9.394/1996. Essa etapa primeira desempenha um papel decisivo na formação da subjetividade infantil, oferecendo estímulos ricos e diversificados para a ampliação das linguagens, o desenvolvimento do raciocínio lógico, a estruturação da motricidade e o amadurecimento socioemocional mediante a convivência com pares e educadores no ambiente escolar.

A literatura pedagógica especializada registra a existência e a aplicação de diversas abordagens teóricas e metodológicas voltadas à infância, cujos princípios podem enriquecer significativamente o trabalho inclusivo com crianças com autismo. Entre essas abordagens, destaca-se o método Montessori, desenvolvido por Maria Montessori, focado na autonomia, na autoeducação, na liberdade com responsabilidade e no uso de materiais estruturados e sensoriais que respeitam os ritmos individuais do aprendiz. De forma complementar, a abordagem Reggio Emilia, concebida por Loris Malaguzzi, assenta-se na pedagogia da escuta, no ensino baseado em projetos colaborativos e na concepção do espaço físico como um *terceiro educador*, promovendo as *cem linguagens* da criança. Por sua vez, a pedagogia Waldorf, fundada por Rudolf Steiner, direciona seu olhar ao desenvolvimento holístico do ser humano, valorizando a imaginação, a livre expressão artística, o trabalho manual e a integração harmoniosa com os ritmos da natureza. Cabe aos gestores e educadores conhecer as especificidades dessas correntes para selecionar recursos e organizar ambientes que favoreçam o acolhimento e a aprendizagem de todos os estudantes.

No âmbito dos marcos legais e normativos da Educação Inclusiva no Brasil, assume relevância histórica a Declaração de Salamanca, proclamada na Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais realizada em Espanha no ano de 1994 sob os auspícios da UNESCO. Esse documento representou um divisor de águas internacional ao estabelecer que as escolas regulares comuns devem acolher todas as crianças, independentemente de suas

condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais ou linguísticas. A Declaração proclamou com clareza o princípio ético e pedagógico de uma escola para todos:

> A educação de alunos com necessidades educativas especiais incorpora os princípios já comprovados de uma pedagogia saudável da qual todas as crianças podem beneficiar, assumindo que as diferenças humanas são normais e que a aprendizagem deve ser adaptada às necessidades da criança, em vez de ser esta a ter de se adaptar às concepções predeterminadas, relativamente ao ritmo e à natureza do processo educativo (Unesco, 1994, p. 7).

Em alinhamento com os preceitos internacionais, o Brasil consolidou seu aparato normativo assegurando às pessoas com deficiência e transtornos do neurodesenvolvimento o direito subjetivo à matrícula em turmas regulares do ensino comum, proibindo categoricamente qualquer forma de recusa ou cobrança de taxas adicionais por parte de instituições públicas ou privadas. Complementando a legislação básica, a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, PNEEPEI, formulada em 2008 pelo Ministério da Educação e reavaliada ao completar dez anos em 2018 (MEC, 2016), estabeleceu eixos diretivos estratégicos para a efetivação do ensino inclusivo no país. Entre seus objetivos fundamentais, destacam-se: a transversalidade da Educação Especial desde a Educação Infantil até a Educação Superior; a garantia da oferta do Atendimento Educacional Especializado, AEE, de forma complementar ou suplementar ao ensino regular; a garantia de continuidade da escolarização nos níveis mais elevados de ensino; a formação continuada de professores para o AEE e a capacitação dos demais profissionais da educação para a inclusão; a participação efetiva da família e da comunidade no processo educacional; a promoção da acessibilidade urbanística, arquitetônica, nos mobiliários, equipamentos, transportes e meios de comunicação; a articulação intersetorial na implementação das políticas públicas inclusivas.

No contexto da Educação Infantil, a concretização dessas diretrizes legais exige compreender rigorosamente a distinção conceitual e prática entre os modelos de *integração* e de *inclusão.* Conforme adverte Mantoan (2013), o modelo tradicional de integração pautava-se na expectativa de que o aluno com deficiência se adaptasse individualmente às exigências, normas e rotinas de um sistema escolar rígido e inalterado, cabendo ao sujeito superar suas limitações para ser aceito na instituição. Em contrapartida, a concepção de inclusão escolar implica uma profunda reorganização da estrutura física, dos recursos didáticos e da proposta pedagógica das escolas comuns. Trata-se de transformar o espaço escolar para que ele se torne capaz de reconhecer, respeitar e valorizar as singularidades de todos os educandos, garantindo que aprendam juntos e desenvolvam suas potencialidades em um ambiente verdadeiramente acolhedor.

A efetivação da inclusão de crianças com TEA na Educação Infantil requer, portanto, superar a mera presença física do estudante em sala de aula e construir condições pedagógicas que assegurem sua aprendizagem e participação ativas. Como aponta a literatura, o diálogo

sistemático e transparente com as famílias fornece à equipe escolar os subsídios necessários para compreender a subjetividade da criança e adequar as práticas de ensino. Paralelamente, demanda-se das instituições a oferta de formação continuada para que os professores possam atuar com fundamentação teórico-metodológica, promovendo adaptações curriculares eficientes e estimulando a linguagem, a cognição e a sociabilidade do aluno autista desde os primeiros anos da vida escolar.

4. TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA E O APOIO FAMILIAR NO DESENVOLVIMENTO DAS CRIANÇAS

No ordenamento jurídico brasileiro, a garantia de direitos e a proteção social às pessoas com autismo ganharam um impulso decisivo com a promulgação da Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012, que instituiu a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, conhecida como Lei Berenice Piana (Brasil, 2012). O diploma legal equiparou a pessoa com TEA à pessoa com deficiência para todos os efeitos legais, assegurando-lhe o acesso à atenção integral à saúde, aos serviços de atendimento multidisciplinar e à educação inclusiva na rede regular de ensino. Ademais, a legislação garante expressamente o direito de o aluno com autismo matriculado na escola regular contar com acompanhante especializado em sala de aula, mediante a comprovação da necessidade técnica decorrente de fragilidades na comunicação, na interação ou no comportamento (Brasil, 2012, art. 3º, parágrafo único).

Do ponto de vista conceitual e clínico, o Transtorno do Espectro Autista caracteriza-se como um transtorno do neurodesenvolvimento de etiologia multifatorial, marcado por prejuízos persistentes na comunicação social e na interação interpessoal, bem como por padrões restritos e repetitivos de comportamento, interesses ou atividades. No cotidiano da Educação Infantil, as crianças com TEA enfrentam desafios expressivos relacionados à hipo ou hiper-reatividade a estímulos sensoriais, como texturas, ruídos, iluminação, à dificuldade de adaptação a mudanças bruscas na rotina e ao estabelecimento de vínculos sociais com educadores e colegas de turma. Com base nas diretrizes do Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais, DSM-5, publicado pela American Psychiatric Association (2014, pp. 50-52), o TEA é classificado em três níveis de gravidade conforme a intensidade do suporte necessário:

Nível 1, grau de apoio leve: Exige apoio. Na ausência de suporte adequado, os déficits na comunicação social causam prejuízos notáveis no cotidiano. A criança apresenta dificuldades para iniciar interações sociais e demonstra respostas atípicas ou de interesse reduzido às aproximações de terceiros. Observa-se relativa inflexibilidade comportamental ao alternar entre atividades.

Nível 2, grau de apoio moderado: Exige apoio substancial. Apresenta déficits marcantes nas habilidades de comunicação social verbal e não verbal. Os prejuízos sociais

DOI: 10.5281/zenodo.23808233

são claramente evidentes mesmo na presença de suportes; há iniciativa limitada para interagir e respostas anômalas às investidas alheias. No campo comportamental, constata-se inflexibilidade visível, dificuldade acentuada para lidar com alterações na rotina e comportamentos repetitivos perceptíveis em múltiplos contextos.

Nível 3, grau de apoio severo: Exige apoio muito substancial. Caracteriza-se por graves déficits nas competências de comunicação social verbal e não verbal, acarretando severa limitação funcional na vida diária. A iniciação de interações sociais é mínima e a resposta às abordagens de terceiros é extremamente rara. Observa-se extrema inflexibilidade de comportamento, alto nível de estresse e frustração diante de mudanças mínimas de rotina e comportamentos restritos/repetitivos que interferem diretamente no funcionamento cognitivo e social.

Para sintetizar visualmente a classificação clínica do TEA e facilitar a consulta por parte de educadores e equipes multidisciplinares, apresenta-se a seguir o Quadro 1, organizado com base nas diretrizes conceituais do DSM-5:

Quadro 1 – Síntese dos Níveis de Suporte do Transtorno do Espectro Autista - DSM-5

Nível de Suporte	**Denominação**	**Comunicação e Interação Social**	**Padrões Comportamentais e Flexibilidade**
Nível 1	Exige Apoio	Sem suporte, os déficits causam prejuízos perceptíveis. Dificuldade para iniciar interações e respostas atípicas a investidas sociais.	Inflexibilidade comportamental causa interferência significativa no funcionamento. Dificuldade para alternar atividades.
Nível 2	Exige Apoio Substancial	Déficits marcantes na comunicação verbal e não verbal. Prejuízos sociais evidentes mesmo com apoio. Iniciativa social limitada.	Inflexibilidade do comportamento, dificuldade acentuada de lidar com mudanças e comportamentos repetitivos frequentes.
Nível 3	Exige Apoio Muito Substancial	Graves déficits na comunicação verbal e não verbal. Limitação funcional severa. Mínima iniciação e resposta rara a interações.	Extrema inflexibilidade comportamental, grande sofrimento diante de mudanças e comportamentos restritos que dificultam o cotidiano.

Fonte: Elaboração dos autores (2026), com base em American Psychiatric Association (2014).

A literatura científica nacional recente traz reflexões essenciais acerca dos impactos da presença do filho com autismo no núcleo familiar e da urgência de estabelecer pontes de cooperação com a escola. Roberto *et al.* (2022) investigaram a dinâmica de famílias de

DOI: 10.5281/zenodo.23808233

crianças com TEA, identificando que as demandas intensas de cuidado e mediação geram elevação significativa nos níveis de estresse e sobrecarga física e emocional nos membros da família, incidindo com especial gravidade sobre a figura materna - *maternidade atípica*. Os autores concluem que a construção de uma relação acolhedora e participativa entre a família e a escola é indispensable para criar uma rede de sustentação emocional, permitindo que ambas as instâncias atuem de forma alinhada no estímulo ao desenvolvimento saudável da criança.

Analisando o engajamento parental, Carneiro Santos *et al*. (2022) ressaltam que a participação ativa dos pais no acompanhamento escolar correlaciona-se diretamente com o aumento da motivação, o progresso nas habilidades acadêmicas e a consolidação de comportamentos adaptativos nos alunos com TEA. Os autores ponderam, todavia, que as famílias brasileiras enfrentam severos obstáculos adicionais no cotidiano, tais como o acesso restrito e burocrático a serviços especializados de saúde e terapias multidisciplinares, além da convivência constante com o estigma e a discriminação social. Nesse sentido, Cunha (2020) aponta que a oferta de programas de orientação parental e grupos de apoio comunitário proporciona às famílias ferramentas práticas para o manejo pedagógico e comportamental no lar, fortalecendo o protagonismo da família na defesa dos direitos de seus filhos.

No âmbito das práticas pedagógicas em sala de aula, Machado (2019) analisa as especificidades do atendimento ao aluno com autismo, destacando que a estruturação de rotinas previsíveis e o uso sistemático de apoios visuais, como quadros de rotina com pictogramas e cartões de comunicação, constituem estratégias pedagógicas determinantes para conferir segurança psíquica e mitigar a ansiedade da criança no ambiente de aprendizagem. Por sua vez, Moura *et al*. (2023) enfatizam o valor inestimável da intervenção precoce, demonstrando que o diagnóstico e a estimulação multidimensional nos primeiros anos de vida - faixa de 0 a 5 anos - proporcionam ganhos significativos e duradouros para o desenvolvimento cognitivo, linguístico e social da criança, cuja continuidade deve ser assegurada pela parceria entre a escola e o lar.

Complementando essas proposições, Assis (2022) ressalta que a cooperação sistemática entre educadores, equipe multidisciplinar e famílias é o requisito fundamental para a elaboração e execução de Planos Educacionais Individualizados, PEI. O PEI configura-se como um instrumento de planejamento pedagógico personalizado que mapeia as potencialidades, necessidades específicas e estilos de aprendizagem do aluno, definindo metas a curto, médio e longo prazo, bem como as adaptações curriculares necessárias. Os pais desempenham um papel insubstituível na elaboração do PEI, uma vez que fornecem dados preciosos sobre os interesses da criança e as estratégias que funcionam no contexto doméstico, permitindo estabelecer uma linha de ação integrada entre a escola e a família.

Para sistematizar as principais dimensões de atuação conjunta entre a família e a escola na Educação Infantil, apresenta-se o Quadro 2, que articula os desafios enfrentados pelas crianças com TEA às respectivas estratégias pedagógicas e de suporte familiar:

DOI: 10.5281/zenodo.23808233

Quadro 2 – Articulação Família-Escola e Estratégias Pedagógicas no TEA

Dimensão do Desenvolvimento	Desafios Identificados no TEA	Estratégias Pedagógicas na Escola	Ações de Suporte e Continuidade no Lar
Comunicação Social	Dificuldade na fala funcional, ecolalia e limitação na compreensão de linguagem abstrata.	Uso de Comunicação Alternativa e Aumentativa (CAA), cartões visuais e linguagem clara e direta.	Manutenção das rotinas de comunicação visual e incentivo às escolhas da criança em casa.
Processamento Sensorial	Hiper ou hipossensibilidade a ruídos, luzes, texturas alimentares ou toques físicos.	Adequação do ambiente físico (cantinho do sossego), redução de estímulos ruidosos e rotinas previsíveis.	Compartilhamento de dados sensoriais da criança com os professores e manutenção de ambiente calmo.
Comportamento e Rotina	Inflexibilidade cognitiva, resistência a mudanças não antecipadas e comportamentos repetitivos.	Antecipação visual das transições de atividades e uso de quadros de rotina estruturados.	Alinhamento de horários de sono, alimentação e antecipação verbal e visual de passeios ou mudanças.
Aprendizagem e Cognição	Dificuldades no foco de atenção compartilhado e no acompanhamento de propostas genéricas.	Elaboração do Plano Educacional Individualizado (PEI) com atividades adaptadas e multissensoriais.	Acompanhamento diário da agenda escolar e reforço afetivo das conquistas aprendidas na pré-escola.

Fonte: Elaboração dos autores (2026), com base em Assis (2022), Cunha (2020) e Machado (2019).

Em resumo, ao articular os eixos analíticos dos dois objetivos específicos propostos: a verificação de como a inclusão vem sendo implementada e a identificação dos desafios vivenciados, constata-se que o processo inclusivo para crianças com TEA na Educação Infantil oscila dialeticamente entre os avanços assegurados nos marcos legais - LDB, PNEEPEI, Lei Berenice Piana - e as severas limitações práticas vivenciadas na rotina das creches e pré-escolas. Persistem barreiras expressivas relacionadas à escassez de profissionais capacitados para o AEE e acompanhamento especializado, à insuficiência de recursos didáticos adaptados e à sobrecarga emocional vivida pelas famílias. A superação dessas contradições exige a consolidação de canais permanentes de diálogo e colaboração entre a gestão escolar, os professores, os profissionais de saúde e os núcleos familiares.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve como objetivo geral analisar a importância da relação entre a família e a instituição escolar no processo de inclusão de alunos com Transtorno do Espectro Autista na Educação Infantil. O exame do referencial teórico e da legislação nacional permitiu

constatar que o êxito do processo inclusivo de crianças com autismo na primeira infância não ocorre de maneira isolada ou autossuficiente no espaço da sala de aula. A literatura examinada corrobora que a articulação permanente entre a escola e o núcleo familiar desempenha um papel vital na promoção do desenvolvimento cognitivo, linguístico, social e afetivo do educando, configurando-se como condição *sine qua non* para a efetivação da igualdade de oportunidades educacionais.

Em resposta ao primeiro objetivo específico, que foi verificar como a inclusão do aluno com TEA vem sendo implementada na Educação Infantil, os achados revelam a coexistência de importantes avanços normativos e de persistentes desafios operacionais. Se, por um lado, o ordenamento jurídico brasileiro, como Constituição Federal, LDB, PNEEPEI e Lei Berenice Piana, assegura o direito à matrícula em turmas regulares e ao acompanhamento especializado, por outro lado, a prática cotidiana nas creches e pré-escolas revela lacunas no atendimento, escassez de materiais didáticos adaptados e carência de formação continuada para os educadores. Quanto ao segundo objetivo específico, o identificar os desafios enfrentados pelas famílias e escolas, evidenciou-se que a sobrecarga física e emocional sobre os cuidadores familiares, *especialmente as mães*, e o acesso burocrático a diagnósticos e terapias constituem barreiras marcantes. Não obstante tais obstáculos, demonstrou-se que a intervenção precoce, a manutenção de rotinas estruturadas, o uso de apoios visuais e a construção conjunta do Plano Educacional Individualizado, PEI, representam estratégias consolidadas que garantem avanços consistentes na aprendizagem e na autonomia das crianças com TEA.

Como limitação teórica e metodológica da presente pesquisa, registra-se que os estudos nacionais sobre inclusão escolar e autismo frequentemente concentram suas investigações nos anos iniciais do Ensino Fundamental. Constatou-se uma relativa escassez de produções científicas focadas exclusivamente na faixa etária de 0 a 5 anos de idade, creches e pré-escolas, o que evidencia a necessidade premente de expandir as pesquisas dedicadas às especificidades pedagógicas e relacionais da primeira infância.

Para a agenda de pesquisas futuras no campo da Educação Especial e Inclusiva, recomenda-se o desenvolvimento de estudos empíricos de campo e pesquisas-ação que acompanhem a implementação prática do PEI em redes públicas municipais de Educação Infantil. Sugere-se, ainda, a avaliação do impacto de programas integrados de formação continuada voltados conjuntamente a professores, gestores e familiares, analisando estratégias para mitigar o estresse parental e fortalecer as pontes de colaboração entre a escola e o lar.

DOI: 10.5281/zenodo.23808233

NOTAS E DECLARAÇÕES ÉTICAS

Declaração de Uso de Inteligência Artificial

Declaramos que foram utilizadas ferramentas de inteligência artificial generativa exclusivamente para o aprimoramento da escrita acadêmica, revisão gramatical e adequação estilística do manuscrito. Salientamos que o uso de tais recursos não comprometeu a autoria, a originalidade, nem a análise crítica dos dados, cuja responsabilidade intelectual cabe integralmente aos autores Luiz André Ferreira da Silva e Nadilson Ribeiro de Siqueira.

Declaração de Ineditismo e Derivação

Declaramos que o presente manuscrito é inédito e não foi submetido simultaneamente a nenhum outro periódico científico ou veículo de publicação. Declaramos, ainda, que o trabalho não é parte integrante de Trabalho de Conclusão de Curso, dissertação de mestrado ou tese de doutorado, configurando-se como uma produção científica original resultante das investigações dos autores Luiz André Ferreira da Silva e Nadilson Ribeiro de Siqueira.

REFERÊNCIAS

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. *Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais: DSM-5*. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2014.

ASSIS, S. L. de. *A importância da escola e da família na inclusão da criança com transtorno do espectro autista (TEA).* 2022. Disponível em: https://repositorio.ufersa.edu.br/bitstream/prefix/8086/1/SoraimaLA_ART.pdf. Acesso em: 18 mar. 2025.

BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições 70, 2011.

BRASIL. [Constituição (1988)]. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.* Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: portal oficial. Acesso em: 14 jan. 2025.

BRASIL. *Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996*. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República, 1996. Disponível em: portal oficial. Acesso em: 22 fev. 2025.

BRASIL. *Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012*. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. Brasília, DF: Presidência da República, 2012. Disponível em: portal oficial. Acesso em: 10 maio 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. *Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva*. Brasília, DF: MEC/SEESP, 2008. Reeditado em 2016. Disponível em: portal do MEC. Acesso em: 08 set. 2025.

CARNEIRO SANTOS, R. et al. O papel da família durante o processo de inclusão escolar de crianças diagnosticadas com Transtorno do Espectro Autista. *Revista de Casos e Consultoria,* [S. l.], v. 13, n. 1, p. e30413, 2022. Disponível em: https://periodicos.ufrn.br/casoseconsultoria/article/view/30413. Acesso em: 17 nov. 2024.

CUNHA, E*. Autismo na escola: um jeito diferente de aprender, um jeito diferente de ensinar*. 6. ed. São Paulo: Wak Editora, 2020.

GIL, Antonio Carlos. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

MACHADO, G. D. S. A importância da rotina para crianças autistas na educação básica. *Revista Gepesvida*, [S. l.], v. 5, n. 10, p. 45-58, 2019.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. *O desafio das diferenças nas escolas*. 5. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2013.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade.* Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

DOI: 10.5281/zenodo.23808233

MOURA, L. C. de; SILVA, M. L. C. da; OLIVEIRA, P. R. M. de. A importância da família e da escola no processo de aprendizagem no TEA na infância. *Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação*, [S. l.], v. 9, n. 4, p. 9287-9304, 2023.

ROBERTO, G. H. A.; YAEGASHI, S. F. R.; CEZÁRIO, E. T. de O.; ZANCHETTI, V. de A. A família e o filho com transtorno do espectro autista: reflexões sobre o processo de inclusão escolar. *Revista Brasileira de Iniciação Científica*, Itapetininga, v. 9, e022023, p. 1-13, 2022.

UNESCO. *Declaração de Salamanca: sobre princípios, políticas e práticas na área das necessidades educativas especiais*. Brasília, DF: CORDE, 1994. Disponível em: portal oficial. Acesso em: Acesso em: 12 jun. 2026.